

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Leilão termina sem áreas negociadas no Nordeste	2
Título: Para garantir megaleilão, Guedes faz promessas ao TCU de recuperar PPSA	4
Título: Bolsonaro visita países árabes e tenta desfazer mal-estar.....	5
Título: Decisão do STF sobre divisão de royalties independe de votação no Congresso	7
Título: Asiáticas dominam leilão da ANP.....	9
Título: Petrobras é seletiva e abre espaço para estrangeiras	11
Título: Leilão termina sem áreas negociadas no Nordeste	12
Título: Com bônus de R\$ 8,9 bi, governo pode liberar novos recursos	14
Título: Curtas	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: ‘Maratona’ de leilões de petróleo começa com ágio de 322% e R\$ 9 bi para a União	16
Título: Maratona de leilões de petróleo: os maiores volumes do mundo.....	18
Título: Novos ares.....	19
Título: Maduro nega que óleo em praias seja da Venezuela	19
Título: Mancha chegou à Grande Salvador	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Leilão de petróleo arrecada R\$ 8,9 bi; Abrolhos fica fora	21
Título: Análise da Federal da Bahia também diz que óleo é da Venezuela	23
Título: Registre-se	25
Título: Oleo se espalha por rios e mangues e ameaça vilas da Bahia e de Sergipe	26
VEÍCULO: O Globo.....	28
Título: Um dia com altos e baixos	28

Título: Espírito Santo não apoia pedido de adiamento da ação dos royalties.....	30
Título: Petroleiras com apetite	31
Título: Leilão: áreas perto de Abrolhos terão novos estudos.....	33
Título: Renda das licitações favorece desbloqueio de verbas públicas	35
Título: Origem venezuelana.....	36
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	38
Título: Estados e DF podem ter mais recursos	38
Título: Uso do dinheiro será direcionado.....	40
Título: DNA venezuelano.....	41

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio

Título: Leilão termina sem áreas negociadas no Nordeste

Em meio à crise ambiental provocada pelo vazamento de óleo no litoral do Nordeste e sob protestos contra a inclusão de áreas com eventual risco de impacto no parque de Abrolhos, os blocos ofertados no Nordeste não atraíram o interesse dos participantes da 16ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ontem. Ao todo, foram oferecidos dez blocos nas bacias sedimentares de Camamu-Almada e Jacuípe, na Bahia, e na bacia de Pernambuco-Paraíba.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse não ver relação entre o vazamento de petróleo e a estratégia das companhias no certame. “Não acredito que [o vazamento] tenha tido qualquer influência. É um evento absolutamente isolado, sem qualquer relação com as atividades de petróleo conduzidas no Brasil e na decisão das empresas de fazer ofertas no leilão”.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, concordou com Oddone e acrescentou que a origem do vazamento, ainda desconhecida, tem sido

investigada desde o início de setembro. “Acredito que em uma questão de tempo chegaremos a origem desse vazamento de óleo”, disse o ministro, explicando que o produto tem características semelhantes ao petróleo extraído da Venezuela.

Com relação aos blocos das bacias de Camamu-Almada e Jacuípe, as áreas ofertadas estavam sub judice, por determinação da Justiça, devido a uma ação movida pelo Ministério Público Federal na Bahia contra a licitação desses ativos. A alegação do órgão é de que os blocos estão localizados próximos do parque de Abrolhos, alvo de preservação ambiental.

Para Anderson Dutra, sócio da área de Energia e Recursos Naturais da KPMG, a ausência de ofertas no Nordeste não é apenas reflexo da judicialização do leilão. Segundo ele, a falta de grandes descobertas na região e o mecanismo de oferta permanente da ANP também contribuíram para a falta de interesse nessas áreas na rodada de ontem.

A visão de Dutra é corroborada por Marcelo de Assis, chefe de pesquisa na área de Exploração e Produção da Wood Mackenzie na América Latina. “Os blocos explorados na região nunca tiveram resultados promissores. Associado à judicialização da oferta, isso ajudou a tirar qualquer interesse”.

O ministro Albuquerque, no entanto, disse que o leilão foi feito de acordo com o ordenamento jurídico, com a participação de todas as instituições, inclusive do Ibama. “Acredito que estamos cumprindo todas as normas”.

Com relação às questões ambientais, o secretário executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, destacou ser importante que as empresas tenham alguma previsibilidade sobre o licenciamento dos blocos. “Talvez seja preciso olhar o formato de como esses blocos são oferecidos, com algum tipo de pré-análise ambiental, para que dê conforto para o investidor”.

Também chamou a atenção no leilão o fato de apenas duas das onze áreas ofertadas na bacia de Santos terem atraído o interesse das companhias. O diretor-geral da ANP, entretanto, minimizou o baixo percentual de lances na região.

“Estamos ficando mal acostumados. Acabamos de sair do leilão mais exitoso da história das concessões e o comentário é de que as ofertas ficaram aquém do esperado? Não posso concordar com isso. O leilão é um conjunto. Não podemos esperar que, em todos os blocos, em todas as bacias, os resultados sejam recordes. O que já conseguimos no Brasil é extraordinário”, disse ele.

De acordo com Oddone, todas as áreas não arrematadas no leilão serão incluídas no sistema de oferta permanente da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Para garantir megaleilão, Guedes faz promessas ao TCU de recuperar PPSA

Governo deve mais de R\$ 100 milhões à estatal e quase foi impedido de assinar novos contratos de partilha, incluindo os da cessão onerosa

A precária situação da Petróleo Pré-Sal SA (PPSA) ameaçou a realização do megaleilão de excedentes da cessão onerosa. Para salvar o certame, marcado para 6 de novembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve que prometer ao Tribunal de Contas da União (TCU) que irá estruturar a estatal dentro de 180 dias.

Criada em 2013 com o papel de representar os interesses da União nos contratos de partilha de petróleo e gás do pré-sal, a PPSA carece de recursos e de pessoal. De acordo com relatório do TCU, o governo não vem repassando à empresa os aportes previstos em lei. A dívida atual é de R\$ 110 milhões e deverá crescer.

De acordo com o documento, a PPSA não dispõe dos recursos suficientes para dar “condições mínimas de segurança para que o governo assuma novos compromissos, em nome da União, mediante a assinatura de contratos de partilha de produção”.

Por causa disso, a área técnica do tribunal chegou a sugerir que o governo ficasse impedido de assinar novos contratos de partilha - incluindo os da cessão onerosa - até que a situação da empresa fosse saneada. Guedes e o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, tiveram que negociar com todos os ministros do TCU para conseguirem uma flexibilização. Agora, terão seis meses para colocar a PPSA em pé.

Entre as medidas consideradas indispensáveis para a estruturação da empresa está um repasse de pelo menos R\$ 188 milhões. Desse montante, R\$ 156

milhões são referentes às parcelas devidas à PPSA pelos leilões da 4ª, 5ª e 6ª rodadas de partilha. O restante trata dos excedentes da cessão onerosa (R\$ 29 milhões) e de um pequeno reajuste no contrato da estatal com o Ministério de Minas e Energia.

Os valores ficam pequenos quando comparados aos montantes movimentados pelos leilões. Levantamento dos auditores do tribunal mostra que o valor arrecadado pela União com esses leilões é 500 vezes maior do que a fatia à que a PPSA tem direito. Mesmo assim, o governo está inadimplente com a estatal.

Além dos pagamentos, o TCU mencionou a necessidade de contratação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional para as áreas de engenharia de poços, de acompanhamento e controle de produção, de comercialização de petróleo e gás natural e de auxílio às gerências-executivas dos contratos de partilha de produção e acordos de individualização da produção.

Deve haver ainda a disponibilização de 23 cargos de livre nomeação até que se concretize um plano de cargos e salários. Em seguida, a solicitação é de que seja aberto concurso para o estabelecimento de um quadro próprio de empregados na companhia.

“Considerando a importância da PPSA na gestão dos contratos de partilha e o plexo (conjunto) de atribuições que lhe foram legalmente atribuídas, ou bem o governo dota a empresa dos meios necessários para atuar em defesa dos interesses da União, ou bem altera a lei para simplificar o modelo de partilha em ordem a torná-lo mais simples e menos oneroso”, alegaram os técnicos do TCU.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Bolsonaro visita países árabes e tenta desfazer mal-estar

O presidente Jair Bolsonaro visitará três países árabes no fim do mês para tentar desfazer o mal-estar criado com países árabes por sua promessa de mudar a embaixada do Brasil em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém - ideia da qual ele desistiu, segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O foco agora é virar a página e centrar atenções nas oportunidades de negócios e tentar atrair petrodólares dos árabes para investimentos no Brasil.

Bolsonaro chega a Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, em 26 de outubro. Será a primeira escala no Oriente Médio após visita à China e ao Japão, onde ele desembarca no dia 22. O presidente brasileiro também passará por Doha, no Qatar, e Riad, na Arábia Saudita, antes de retornar a Brasília no dia 29.

“Sabemos que os países da região são grandes compradores do agronegócio brasileiro e também há muitas boas perspectivas de exportação de material de defesa para a região”, afirmou o embaixador Kenneth da Nóbrega, secretário de negociações bilaterais do MRE no Oriente Médio, Europa e África, em entrevista coletiva. “Naturalmente, vai compor o objetivo de divulgar as oportunidades de investimento no âmbito da carteira do PPI”, disse, em referência ao Programa de Parceria e Investimentos.

Além do PPI, terão prioridade nas conversas as áreas de energias renováveis, setor médico-hospitalar, defesa e infraestrutura.

Uma comitiva de empresários acompanhará a delegação brasileira, composta pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, da Defesa, Fernando Azevedo, do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, e da Cidadania, Osmar Terra.

Na Arábia Saudita, Bolsonaro participará de conferência internacional de investidores conhecida como “Davos no Deserto”, promovida por fundo soberano do país. Ele discursará e se encontrará com controladores dos fundos de investimento da região.

No ano passado, o evento sofreu boicote devido ao assassinato do jornalista Jamal Kashoggi, morto na Turquia dentro da embaixada saudita. Bolsonaro também se reunirá com o príncipe herdeiro saudita Mohammad bin Salman, que nega envolvimento no episódio.

A Arábia Saudita foi um dos países que reagiram mais fortemente à promessa de Bolsonaro de transferir a embaixada em Israel para Jerusalém. No início do ano, o país desautorizou importações de carne de diversos frigoríficos brasileiros alegando questões técnicas.

Lideranças da região, como Amr Moussa, ex-secretário-geral da Liga Árabe, atribuíram a decisão na época à possível transferência da embaixada. Jerusalém é considerada ainda em disputa entre israelenses e palestinos. Pressionado sobretudo pelo agronegócio, Bolsonaro decidiu abrir apenas um escritório de negócios na cidade.

O Itamaraty nega que os fatos tenham correlação. “Não há uma relação de causa e efeito entre o credenciamento de frigoríficos e a possibilidade que

foi aventada, mais divulgada do que aventada, de transferir a nossa embaixada de Tel-Aviv para Jerusalém”, disse Nóbrega. “Inclusive a questão do descredenciamento dos frigoríficos começou no segundo semestre do ano passado.”

Ele admite, no entanto, ter havido “mal-estar” por causa das notícias que motivaram uma série de missões brasileiras para a região.

“O resultado dessas missões foram convites para o presidente Bolsonaro visitar os países do golfo. Eu acho que as notícias que foram veiculadas na época causaram preocupação. Por isso que a conversa cara a cara fez ‘baixar a poeira’”, afirmou. Segundo ele, o Bolsonaro dirá aos árabes, se perguntado, que a não haverá uma embaixada brasileira em Jerusalém.

“A resposta vai ser o que está no comunicado conjunto da visita do presidente a Israel. O comunicado conjunto deixa muito clara a decisão do governo brasileiro, de abrir um escritório voltado para negócios, ciência, tecnologia e inovações, em Jerusalém, a ser gerido pela Apex. Israel é uma potência na área de inovação. A decisão foi essa”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Luísa Martins — De Brasília

Título: Decisão do STF sobre divisão de royalties independe de votação no Congresso

Supremo julga no dia 20 liminar que suspendeu as novas regras

Marcado para o dia 20 de novembro, o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a liminar que suspendeu as novas regras de divisão dos royalties do petróleo independe dos debates sobre a cessão onerosa no Congresso Nacional.

Na terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que destina 33% dos R\$ 106 bilhões estimados para o leilão da cessão onerosa do pré-sal para Estados e municípios. O texto segue para análise do Senado Federal, o que deve acontecer já na próxima semana.

O caso discutido no Legislativo é relativo a um leilão de seis campos da Bacia de Santos (Atapu, Búzios, Itapu e Sépia), um território de 1.385 metros quadrados. O certame está agendado para o dia 6 de novembro.

Já no Supremo, o objeto é mais amplo. Os ministros vão decidir se confirmam ou revogam a liminar concedida em 2013 pela ministra Cármen Lúcia (relatora) para suspender um trecho da Lei dos Royalties que tratava sobre os critérios de distribuição.

De acordo com a norma sancionada no ano anterior pela então presidente Dilma Rousseff, a lei aumentaria os recursos destinados a Estados não produtores de petróleo, reduzindo os ganhos das regiões produtoras.

Ao analisar o caso, Cármen entendeu que esse fragmento da lei causava prejuízo ao direito adquirido dos Estados produtores. Com a decisão da ministra, voltou a valer o método anterior de divisão, que favorecia essas unidades de federação.

O governo do Rio de Janeiro, um dos maiores produtores de petróleo do Brasil, aguarda um retorno de Cármen Lúcia sobre um pedido de protelação do julgamento. Na quarta, o governador Wilson Witzel solicitou ao STF que não analise o caso pelo menos nos próximos seis meses, para que haja uma tentativa de conciliação entre os estados.

Segundo Witzel, se o Supremo eventualmente revogar a liminar e manter a constitucionalidade da lei, o impacto financeiro nas contas fluminenses seria superior a R\$ 100 bilhões, “causando, portanto, a quebra do Estado”.

Nesta semana, ao decidirem manter a obrigatoriedade de os Estados produtores repassarem 25% dos royalties recebidos a todos os municípios de seu território, ministros da corte deram indícios de como devem votar quando o caso chegar ao plenário.

O ministro Edson Fachin, por exemplo, sustentou que os royalties são da União, cabendo ao governo federal a decisão sobre a melhor forma de distribuição. Já os ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli (presidente do tribunal) e Luiz Fux sinalizaram que os produtores também podem ser os “donos” da quantia.

A Petrobras e a União fecharam acordo de cessão onerosa em 2010 para que a estatal pudesse explorar de 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos. No entanto, diante da descoberta de que a área continha mais que o triplo do volume estabelecido em contrato, o governo decidiu leiloar esse excedente - a estimativa é a de que o certame renda R\$ 100 bilhões ao erário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Asiáticas dominam leilão da ANP**

Depois de dois anos de leilões protagonizados ora pela Petrobras, ora pela ExxonMobil, a 16ª Rodada de concessões de blocos de exploração de óleo e gás foi dominada, ontem, pelas asiáticas Petronas, da Malásia, e QPI, do Catar. Essas foram as empresas que mais investiram na aquisição de ativos na licitação: R\$ 3,72 bilhões, no total. O valor equivale a 43% da arrecadação da rodada, de R\$ 8,915 bilhões - valor nominal recorde para um leilão sob regime de concessão.

A Petronas foi o principal destaque do leilão. A empresa malaia foi a companhia que mais tirou o dinheiro do bolso. Pagou R\$ 1,945 bilhão por três blocos na Bacia de Campos, sendo dois deles como operadora, e marcou sua estreia na atividade de exploração de óleo e gás, no Brasil.

A investida na 16ª Rodada é mais uma etapa do movimento recente de entrada da Petronas no Brasil. A empresa flerta há anos com o país e decidiu fazer, neste ano, as suas primeiras aquisições locais, dando uma guinada rumo à Bacia de Campos.

Em abril, a companhia fechou um acordo com a Petrobras para comprar, por US\$ 1,29 bilhão, 50% dos campos de Tartaruga Verde e Módulo III de Espadarte. Os ativos produzem atualmente cerca de 120 mil barris/dia. O negócio ainda não foi concluído.

A Petronas é uma das maiores petroleiras do mundo, com uma produção de 2,3 milhões de barris diários de óleo equivalente em 2018 - um pouco abaixo dos volumes produzidos pela Petrobras (de 2,6 milhões de boe/dia). A empresa vinha mapeando oportunidades de negócios nos leilões da ANP desde 2017. Em 2013, a companhia chegou a fechar um acordo com a OGX para comprar 40% do campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, mas desistiu da operação depois que a antiga petroleira do empresário Eike Batista entrou em recuperação judicial.

Até então ausente da exploração e produção do Brasil, a petroleira malaia passa a deter, a partir de agora, um ativo de produção e um portfólio de blocos exploratórios no país. Para o chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, a investida da Petronas, no Brasil, faz sentido, dentro de sua estratégia global de diversificação de portfólio. Ele destaca, ainda, que a 16ª Rodada marca a estreia da empresa como operadora de ativos de exploração no Brasil.

“As reservas da Malásia estão em declínio nos últimos anos e a Petronas está buscando repor suas reservas”, comentou Assis.

A empresa adquiriu, no leilão, 100% dos blocos C-M-661 (pelo qual pagou R\$ 1,115 bilhão) e C-M-715. A companhia também entrou como sócia minoritária da Total, com 20% de participação, na concessão C-M-541, a área mais valiosa da rodada, que teve um bônus de R\$ 4,029 bilhões, o valor mais alto pago até hoje por um bloco em leilão sob o regime de concessão.

O sócio da área de energias e recursos naturais da KPMG, Anderson Dutra, disse que a Petronas surpreendeu, ao entrar sozinha em dois ativos. Ele acredita que a companhia, em breve, buscará sócios no mercado, com quem dividir seus investimentos futuros.

“Acredito que em breve ela fará uma venda de parte de seus ativos. É possível que seja alguém que não esteja no Brasil, que ela esteja preparando o tapete para alguém”, afirmou Dutra, citando o histórico de parcerias com outras empresas asiáticas, como a Saudi Aramco.

A catari QPI foi outro destaque do leilão. A companhia adquiriu três concessões na Bacia de Campos (C-M-541, C-M-659 e C-M-713) por R\$ 1,92 bilhão, todas como sócia não operadora, em parceria com Shell e Total. Com a rodada de ontem, a QPI eleva para nove o número de blocos exploratórios detidos no país. A petroleira também extrai cerca de 9 mil barris diários de óleo, relativos à fatia minoritária de 23% que possui no projeto Parque das Conchas, operado pela Shell na Bacia de Campos.

A presença no país, segundo Assis, faz parte do plano de internacionalização da petroleira. “A QPI produz muito gás. É o seu ‘core business’. Mas ela está procurando diversificar o seu portfólio, buscando mais óleo e uma internacionalização”, disse.

Sobre as ausências, nota para as estatais chinesas, figuras cativas nos leilões passados. A CNOOC chegou a se inscrever, mas não participou da rodada. Para Assis, da Wood Mackenzie, a ausência delas pode ser um sinal de que os chineses se preparam para o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, que envolve um bônus de assinatura de R\$ 106,5 bilhões. “A chance é grande [de presença deles na rodada de 6 de novembro]”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras é seletiva e abre espaço para estrangeiras

Depois de adquirir 20 blocos de exploração nos últimos dois anos, a Petrobras entrou de forma mais seletiva na 16ª Rodada de concessões, ontem. Às vésperas do megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, em novembro, a estatal fez proposta por apenas duas áreas e levou uma delas. Com isso, abriu espaço para que nove petroleiras estrangeiras marcassem presença nas bacias de Campos e Santos. As multinacionais vencedoras do leilão assumiram um compromisso de investimento mínimo de R\$ 1,58 bilhão na exploração das áreas leiloadas.

A 16ª Rodada arrecadou, ao todo, R\$ 8,915 bilhões - valor nominal recorde para um leilão sob o regime de concessão. Um terço das 36 áreas ofertadas foi, de fato, arrematado. O ágio médio chegou a 322%.

Em seu primeiro leilão sob o comando de Roberto Castello Branco, a Petrobras se comprometeu com o pagamento de um bônus de R\$ 1,43 bilhão, ao levar, em parceria com a BP (70%/30%), o bloco C-M-477, na Bacia de Campos.

O chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, destaca que a participação mais seletiva da estatal brasileira foi um sinal de disciplina, às vésperas dos leilões de novembro. A petroleira já manifestou interesse em adquirir as áreas de Búzios e Itapu (no leilão dos excedentes) e Aram, Norte de Brava e Sudoeste de Sagitário (na 6ª Rodada do pré-sal). Juntos, esses ativos somam um compromisso de pagamento de, ao menos, R\$ 22,8 bilhões em bônus de assinatura, se a companhia for vitoriosa.

Não dá para dizer, contudo, que a empresa foi tímida. A estatal chegou a apresentar uma oferta de R\$ 4,09 bilhões, em sociedade com a Equinor, pela concessão C-M-541 (o ativo mais valioso do leilão), mas perdeu a disputa. Foi por muito pouco. Apesar de ter proposto um bônus maior, a brasileira foi

vencida pelo consórcio liderado pela Total, que apresentou um programa mínimo de exploração maior. No leilão, 80% da pontuação da oferta leva em consideração os bônus e 20% o programa exploratório mínimo.

A 16ª Rodada marcou a volta da Total aos leilões, depois de participações modestas nas rodadas dos últimos dois anos, que lhe renderam apenas um ativo. A francesa se concentrou, no passado recente, no programa de desinvestimentos da Petrobras, por meio do qual comprou, por US\$ 1,9 bilhão, 45% do campo de Lapa, e 22,5% da concessão de Iara, no pré-sal de Santos, mas parece estar de volta ao páreo nas rodadas da ANP. A empresa liderou o consórcio que conquistou o ativo mais promissor da licitação, pagando bônus recorde para um leilão de concessão: R\$ 4,029 bilhões. Para o vice-presidente para Américas da Total, Jean Michel Lavergne, que participou de um evento em São Paulo ontem, a presença da empresa no leilão de ontem “é uma demonstração de que o Brasil melhorou muito a atratividade para investimentos”.

As britânicas Shell e BP também marcaram presença, com investimentos de R\$ 505 milhões e R\$ 920 milhões, respectivamente. O presidente da Shell no Brasil, André Araujo, considerou “positiva” a participação da companhia e afirmou que a empresa vai se reunir “o mais rapidamente possível” com os parceiros nos blocos arrematados (QPI e Chevron) para discutir as próximas ações nas duas concessões adquiridas na Bacia de Campos (C-M-659 e C-M-713).

A 16ª Rodada mostrou também a disposição da Chevron e Repsol. A americana arrematou o maior número de blocos (cinco) e volta a operar um ativo na Bacia de Campos, depois de sua saída do campo de Frade, vendido para a PetroRio.

Já a ExxonMobil foi mais tímida dessa vez. Protagonista dos leilões de 2017 e 2018, a companhia adquiriu apenas um único bloco, ontem, por R\$ 25 milhões. “A Exxon deu um sinal de que pode estar se preparando para a cessão onerosa”, disse o sócio da área de energias e recursos naturais da KPMG, Anderson Dutra. **(Colaboraram Taís Hirata e Hugo Passarelli, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio

Título: Leilão termina sem áreas negociadas no Nordeste

Em meio à crise ambiental provocada pelo vazamento de óleo no litoral do Nordeste e sob protestos contra a inclusão de áreas com eventual risco de impacto no parque de Abrolhos, os blocos ofertados no Nordeste não atraíram

o interesse dos participantes da 16ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ontem. Ao todo, foram oferecidos dez blocos nas bacias sedimentares de Camamu-Almada e Jacuípe, na Bahia, e na bacia de Pernambuco-Paraíba.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse não ver relação entre o vazamento de petróleo e a estratégia das companhias no certame. “Não acredito que [o vazamento] tenha tido qualquer influência. É um evento absolutamente isolado, sem qualquer relação com as atividades de petróleo conduzidas no Brasil e na decisão das empresas de fazer ofertas no leilão”.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, concordou com Oddone e acrescentou que a origem do vazamento, ainda desconhecida, tem sido investigada desde o início de setembro. “Acredito que em uma questão de tempo chegaremos a origem desse vazamento de óleo”, disse o ministro, explicando que o produto tem características semelhantes ao petróleo extraído da Venezuela.

Com relação aos blocos das bacias de Camamu-Almada e Jacuípe, as áreas ofertadas estavam sub judice, por determinação da Justiça, devido a uma ação movida pelo Ministério Público Federal na Bahia contra a licitação desses ativos. A alegação do órgão é de que os blocos estão localizados próximos do parque de Abrolhos, alvo de preservação ambiental.

Para Anderson Dutra, sócio da área de Energia e Recursos Naturais da KPMG, a ausência de ofertas no Nordeste não é apenas reflexo da judicialização do leilão. Segundo ele, a falta de grandes descobertas na região e o mecanismo de oferta permanente da ANP também contribuíram para a falta de interesse nessas áreas na rodada de ontem.

A visão de Dutra é corroborada por Marcelo de Assis, chefe de pesquisa na área de Exploração e Produção da Wood Mackenzie na América Latina. “Os blocos explorados na região nunca tiveram resultados promissores. Associado à judicialização da oferta, isso ajudou a tirar qualquer interesse”.

O ministro Albuquerque, no entanto, disse que o leilão foi feito de acordo com o ordenamento jurídico, com a participação de todas as instituições, inclusive do Ibama. “Acredito que estamos cumprindo todas as normas”.

Com relação às questões ambientais, o secretário executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, destacou ser importante que as empresas tenham alguma previsibilidade sobre o licenciamento dos blocos. “Talvez seja preciso

olhar o formato de como esses blocos são oferecidos, com algum tipo de pré-análise ambiental, para que dê conforto para o investidor”.

Também chamou a atenção no leilão o fato de apenas duas das onze áreas ofertadas na bacia de Santos terem atraído o interesse das companhias. O diretor-geral da ANP, entretanto, minimizou o baixo percentual de lances na região.

“Estamos ficando mal acostumados. Acabamos de sair do leilão mais exitoso da história das concessões e o comentário é de que as ofertas ficaram aquém do esperado? Não posso concordar com isso. O leilão é um conjunto. Não podemos esperar que, em todos os blocos, em todas as bacias, os resultados sejam recordes. O que já conseguimos no Brasil é extraordinário”, disse ele.

De acordo com Oddone, todas as áreas não arrematadas no leilão serão incluídas no sistema de oferta permanente da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Fabio Graner — De Brasília

Título: Com bônus de R\$ 8,9 bi, governo pode liberar novos recursos

Os recursos do leilão ainda não estão contabilizados no orçamento

O resultado da 16ª Rodada de concessões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) ontem, que levantou R\$ 8,915 bilhões para a União, agradou o governo e deve favorecer uma nova liberação de recursos orçamentários no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, segundo fontes da equipe econômica.

Os recursos do leilão ainda não estão contabilizados no orçamento. No relatório do quarto bimestre, o governo retirou a receita de R\$ 2,35 bilhões que estava projetada para este leilão, alegando uma postura prudencial. O movimento, segundo o **Valor** apurou, ocorreu na verdade por orientação do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, também foram retirados da conta, naquela ocasião, outros R\$ 6 bilhões que estavam projetados como arrecadação relativo ao leilão da 6ª Rodada de Partilha de Produção, previsto para 7 de novembro. Assim, só com o resultado de ontem, o governo mais que recuperou o que esperava inicialmente com os dois leilões.

O próximo relatório bimestral de receitas e despesas tem que ser divulgado até o dia 22 de novembro. No documento passado, o governo anunciou a liberação de R\$ 8,3 bilhões para os ministérios poderem executar em suas despesas. Na

ocasião, os maiores beneficiários foram os ministérios da Educação, Saúde e Economia.

Até o relatório do terceiro bimestre, o governo só vinha definindo cortes orçamentários, por conta de frustrações de receitas. Esse quadro deixou alguns órgãos perto da paralisia, mas a situação começou a se reverter no mês passado. Com receitas extras de dividendos de empresas estatais, por conta de determinação da equipe econômica, e melhora na arrecadação corrente, o governo autorizou o desbloqueio orçamentário.

Com o forte resultado do leilão de ontem, cujo pagamento está previsto para o dia 27 de dezembro, o governo já pode contabilizar esse dinheiro. Como a economia também dá sinais de melhora, o ambiente se tornou favorável para dar mais espaço fiscal aos ministérios. “Certamente vem liberação adicional do orçamento”, disse uma fonte.

O cenário pode ficar ainda melhor a depender dos resultados da 6ª Rodada e do leilão da cessão onerosa, também previsto para novembro. A preocupação, contudo, é se nesses casos haverá tempo hábil entre o leilão e os trâmites burocráticos para os pagamentos ocorram neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

A AES Tietê encerrou as negociações com a Renova Energia para compra dos ativos, referentes ao complexo eólico Alto Sertão III. Conforme comunicado, o encerramento ocorreu em função do não cumprimento das condições prévias do contrato firmado em 9 de abril. A empresa não dá detalhes sobre o fim das negociações. Em 4 de junho, a AES Tietê informou que a Aneel decidiu pela revogação da outorga da conexão da fase B do complexo eólico Alto Sertão III e, conforme previsto no contrato, a manutenção da outorga era condição precedente para conclusão da operação. Assim, naquela data, a empresa informou que iria reavaliar o interesse na aquisição da fase B deste projeto, mas que a fase A e o pipeline não foram objeto de avaliação da Aneel e seguem o curso normal dentro do cronograma.

Minério de ferro sobe

Os preços do minério de ferro inverteram a trajetória de queda verificada na quarta-feira no mercado transoceânico e encerraram o dia de ontem com alta de 2,88%, para US\$ 93,68 a tonelada, segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”. Com isso, a commodity zerou as perdas acumuladas em outubro e, agora, exibe alta de 0,3%. Em 2019, a valorização do minério é de 28,8%. Os preços ganharam fôlego diante das notícias de que China e Estados Unidos podem negociar um pacto cambial, o que traria algum alívio à guerra comercial travada entre os dois países. Além disso, siderúrgicas chinesas instaladas no complexo de Tangshan avaliam que as novas restrições à produção de aço, válidas até 31 de outubro, não terão impacto significativo sobre a demanda de minério.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: ‘Maratona’ de leilões de petróleo começa com ágio de 322% e R\$ 9 bi para a União

Concessões. Estrangeiros dominam disputa e Petrobrás vence em apenas um bloco em sociedade com BP; apenas em royalties, licitação vai gerar R\$ 100 bilhões aos cofres dos governos, principalmente estaduais, mas dinheiro só deve entrar no caixa em 5 a 7 anos

As petroleiras multinacionais dominaram o leilão de petróleo e gás realizado ontem pelo governo. Ao todo, a União arrecadou R\$ 8,915 bilhões, com ágio de 322,74%, na 16.ª Rodada de Licitações. Mesmo com a oferta apenas de blocos fora da cobiçada área do pré-sal, empresas do porte da Chevron, ExxonMobil, Total e Shell tiveram participação agressiva, tanto no valor dos lances como no número de blocos arrematados. O Brasil foi representado exclusivamente pela Petrobrás, que, ao contrário de outras licitações, teve uma postura tímida. Disputou somente dois blocos e levou um. Partiu da estreante Petronas, da Malásia, o maior bônus pago por uma empresa, de R\$ 1,94 bilhão.

O ágio de 322,74% foi um recorde em leilões de pós-sal, mesmo tendo sido vendidas apenas um terço das áreas ofertadas. O maior lance por uma área foi dado pelo consórcio liderado pela empresa francesa Total, de R\$ 4,029 bilhões, que tirou a estatal brasileira do páreo, na disputa por uma região da Bacia de Campos. “O bônus total superou todas as nossas expectativas. Os recursos irão para o Tesouro Nacional e serão aplicados dentro da política pública, inclusive no setor de meio ambiente”, afirmou o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Nesse modelo de licitação, sai vencedor quem apresentar o maior bônus, uma taxa paga pelas companhias na assinatura dos contratos de concessão, o que acontece tradicionalmente no fim do ano. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, contou que chegou a pensar em desistir da 16.^a Rodada, temendo que fosse um fracasso frente aos dois leilões que vêm pela frente, de áreas do pré-sal. “Mas mantê-la se mostrou acertado”, disse. Apenas em royalties e participação especial, que incide sobre os campos de grande dimensão, a licitação vai gerar cerca de R\$ 100 bilhões aos cofres dos governos, principalmente, do Estado do Rio de Janeiro e municípios do Norte Fluminense.

Esse dinheiro só vai entrar nos caixas no prazo de cinco a sete anos, quando vão começar a ser extraídos os primeiros óleos dessa leva de áreas arrematadas. Dos 11 blocos licitados na bacia de Santos, na região de São Paulo, apenas dois saíram, enquanto nenhum dos campos do Nordeste foi vendido. Atração. O litoral fluminense continua a atrair investimento, ainda que muito dos seus campos estejam em fase de declínio. “A Total tem o prazer de ampliar sua presença na Bacia de Campos ao lado de dois parceiros estratégicos (Petronas, da Malásia, e QPI, do Qatar). Isso se encaixa em nossa estratégia de desenvolver a operação em águas profundas no Brasil”, disse o presidente da petroleira francesa, Patrick Pouyanné, acrescentando que a empresa vai participar do megaleilão do pré-sal marcado para o dia 6 de novembro.

A anglo-holandesa Shell disse que as atividades de exploração e desenvolvimento no Brasil têm se mostrado promissoras. E a norte-americana Chevron disse que o pré-sal e o pós-sal no País “são dois recursos de classe mundial”. A empresa se destacou por ter levado o maior número de áreas no leilão, cinco das 36 ofertadas, todas em parceria. Mas ficou em sétima posição num ranking das que pagaram os bônus mais altos, num total de 10 companhias vencedoras. A soma dos lances da petroleira norte-americana foi de R\$ 480 milhões. O destaque em desembolso foi da Petronas, que chegou a levar duas áreas sozinha.

“A entrada de novos atores, como a Petronas, demonstra que o ambiente no Brasil está atrativo”, avaliou Antônio Guimarães, secretário executivo de Petróleo e Gás do IBP, representante das grandes petroleiras. A Petrobrás apostou alto num único bloco na Bacia de Campos, R\$ 1,43 bilhão. Junto com a sócia BP, apresentou oferta de R\$ 2,045 bilhões pela área. “Os blocos exploratórios desta região da Bacia de Campos têm sido objeto de interesse e elevada disputa nas rodadas de licitação da ANP realizadas em 2017 e 2018”, informou a estatal em fato relevante. “A Petrobrás tem capacidade limitada de investimento e já deixou claro que vai se reerguer no pré-sal”, disse o sócio da área de óleo e gás do escritório de advocacia Vieira Rezende, Carlos Maurício Ribeiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/10/2019****Seção: Economia****Autor: David Zylbersztajn e Fernanda Delgado****Título: Maratona de leilões de petróleo: os maiores volumes do mundo**

Todas as atenções do mercado nacional e internacional de petróleo estão voltadas para o Brasil a partir dessa semana com a reabertura da temporada de leilões de áreas de exploração, incluído o tão esperado mega-certame dos excedentes da cessão onerosa. São três leilões em sequência até novembro: uma rodada de licitações sob o regime de concessão e outras duas do pré-sal. O leilão sob o regime de concessões, 16.^a rodada de licitações, recém- ocorrido nesta última quinta-feira, foi um sucesso em termos de arrecadação (R\$ 8,9 bilhões), apesar de um número de blocos arrematados (12) aquém do esperado em relação aos blocos ofertados (36).

As rodadas de pré-sal, por sua vez, são feitas pelo regime de partilha, onde o valor de arrecadação inicial é fixado pela União. Vence a disputa a empresa ou consórcio que oferecer o maior percentual de petróleo a ser repassado para a União. Os leilões de partilha, incluindo o de cessão onerosa, planejado para o dia seis de novembro, oferecem potenciais de áreas com mais petróleo do que todas as reservas comprovadas no México ou da Angola, o que atraiu o interesse de alguns dos maiores produtores do mundo. O leilão será o maior já realizado no setor em volume de óleo e valores de bônus de assinatura. Se todas as áreas forem arrematadas, a arrecadação chegará a R\$ 106,6 bilhões.

Muitos ativos sendo ofertados, com diferentes potenciais, regimes e valores de bônus, possibilitam um leque grande de oportunidades para empresas de vários perfis. O sucesso das próximas rodadas sinalizará para a economia o reaquecimento do setor petrolífero, através de empregos, encomendas de equipamentos e serviços, arrecadação governamental futura com royalties e participações especiais, além de todos os impostos concernentes. Ou seja, aquecimento econômico e espraçamento do otimismo (mesmo que cauteloso ainda) nas operações do setor nos Estados produtores e não produtores, também beneficiados pela repartição das chamadas participações governamentais.

Essa apelidada “maratona de leilões”, capitaneada pela ANP e MME, juntamente com os estímulos à maior abertura do mercado de gás natural e a

política de desinvestimentos da Petrobrás, dão continuidade ao processo de abertura do setor, iniciado no final dos anos 1990, voltado ao incremento da produção e das reservas nacionais de petróleo.]

PROFESSOR DA PUC-RJ E EX-DIRETOR GERAL DA ANP E PROFESSORA DA FGV ENERGIA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Novos ares

Direto da fonte

Começa a ser veiculada hoje campanha publicitária para apresentar “a nova Petrobrás”. Com o mote “Energia pra transformar”, ela destaca a tecnologia do pré-sal, projetos de responsabilidade social e incentivos a startups.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: ANDRÉ BORGES, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, CIRCE BONATELLI, ISADORA DUARTE, JOSÉ MARIA

Título: Maduro nega que óleo em praias seja da Venezuela

Estatal PDVSA disse que suspeitas são ‘infundadas’; ministro rebateu, afirmando que origem foi atestada por análise laboratorial

O governo de Nicolás Maduro negou ontem que a Venezuela tenha relação com o óleo encontrado em 150 praias do Nordeste brasileiro. Análises feitas pela Marinha e pela Petrobrás indicaram que o poluente tem origem venezuelana. E um laudo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) apontou que o óleo é proveniente de bacia petrolífera da Venezuela. À imprensa, a estatal Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA) disse “rechaçar categoricamente” as suspeitas, consideradas “infundadas”. “Não existe evidência nenhuma de derrame de óleo cru dos campos petroleiros da Venezuela que pudesse causar danos no ecossistema marinho do país vizinho.”

A estatal ressalta não ter recebido relato de clientes ou filiais sobre possível desagregação ou derrame nas proximidades da costa do Brasil. Ela aponta, ainda, que as instalações de petróleo ficam a cerca de 6.650 quilômetros do litoral brasileiro. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, rebateu o

governo Maduro. Segundo afirmou, a informação confirmada até agora é de que se trata de petróleo de origem venezuelana, o que não significa que o material tenha vazado de poços de petróleo do país ou que uma embarcação da Venezuela tenha despejado o óleo no litoral. “A indicação de origem venezuelana do óleo se baseia em análise técnica laboratorial da Petrobrás”, disse Salles.

“A hipótese aventada é que pode ter sido derramado a partir de navios que trafegaram ao longo da costa brasileira, e não necessariamente de campos do governo ditatorial venezuelano.” Investigações da Marinha e da Polícia Federal miram 23 navios que passaram pela região. Bolsonaro afirmou ontem que tem quase certeza de que o derramamento é criminoso. “Não temos bola de cristal para descobrir rapidamente quem é o responsável pelo ato criminoso, mas tomamos as providências”, disse o presidente, durante o Fórum de Investimentos Brasil 2019, em São Paulo. No mesmo evento, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, ponderou que o inquérito ainda é inconclusivo.

“Estamos levantando os navios e bandeiras. Pode ter sido acidente ou incidente, ainda não chegamos à conclusão.” Um laudo da UFBA divulgado ontem indicou que o óleo achado no Nordeste é proveniente de bacia petrolífera da Venezuela. Segundo a diretora do Instituto de Geociências da UFBA, Olívia Oliveira, a análise de amostras recolhidas na Bahia e em Sergipe apresentou carbono e biomarcadores semelhantes a um dos tipos de petróleo produzido na Venezuela. Biomarcadores são organismos que viveram em determinadas eras geológicas, possibilitando comparar idades das bacias.

Hipóteses. Especialistas divergem sobre hipóteses para explicar a rota percorrida pelo óleo. Para Marcus Silva, do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estudos indicam que o derramamento pode ter sido feito por um navio, no fim de agosto, a 40 ou 50 quilômetros da costa. Já o economista Iderley Colombini Neto, especialista em geopolítica do petróleo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acha improvável que o óleo tenha saído da Venezuela. “A exploração de petróleo da Venezuela é interna, em lagos como o de Maracaibo, e não se conecta com o mar.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: J.M.T.

Título: Mancha chegou à Grande Salvador

Na manhã de ontem, manchas de óleo foram vistas na Praia de Arembepe, em Camaçari, na Grande Salvador. É o local mais ao sul do Nordeste já tocado pela poluição. Conforme o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema), já são 14 praias e localidades afetadas pela poluição. Em Camaçari, também foram atingidas as localidades de Guarajuba e Itacimirim. O óleo também atingiu Mata de São João, onde fica a Praia do Forte, um dos principais pontos turísticos do Estado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Leilão de petróleo arrecada R\$ 8,9 bi; Abrolhos fica fora

Governo arrecada R\$ 8,9 bilhões em 1º de três leilões de petróleo

Foram arrematados 12 de 36 blocos oferecidos; Abrolhos fica sem oferta

Rio de Janeiro No primeiro da série de três leilões de petróleo que o governo realizará até o fim de 2019, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) arrecadou R\$ 8,9 bilhões com a venda de 12 das 36 áreas oferecidas.

As áreas petrolíferas próximas ao arquipélago de Abrolhos acabaram sem ofertas. A região é alvo de questionamentos judiciais e pressão de ambientalistas, que temem contaminação da área de preservação ambiental.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) ofereceu sete áreas no litoral da Bahia, consideradas por ambientalistas próximas ao arquipélago de Abrolhos.

A inclusão das áreas no leilão foi polêmica: o atual presidente do Ibama (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Bim, passou por cima de pareceres técnicos contrários para aprovar a oferta dos blocos.

O valor arrecadado nesta quinta foi o maior já obtido em leilões de petróleo sob o regime de concessão no país, superando os R\$ 8 bilhões da rodada anterior, em 2018. A conta considera só leilões fora do pré-sal.

No pré-sal, o maior valor foi obtido em 2013, com a venda da área de Libra por R\$ 15 bilhões (o equivalente hoje a R\$ 21 bilhões).

“O resultado superou as expectativas e mostra que a política de petróleo e gás está no caminho certo e abre perspectivas para os próximos leilões”, disse o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Em novembro, o governo realiza dois leilões do pré-sal. O primeiro deles, o megaleilão da cessão onerosa, pode arrecadar até R\$ 106 bilhões, caso todas as áreas sejam vendidas. O segundo, tem potencial de arrecadação de R\$ 7,8 bilhões.

Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, é uma concentração de oferta inédita na história do país. Em setembro, a agência realizou o primeiro leilão do ano, de áreas rejeitadas em outras rodadas, que teve arrecadação de R\$ 22 milhões.

A ANP diz que as áreas arrematadas no leilão desta têm potencial para quatro a cinco descobertas, com a contratação de número equivalente de plataformas, e podem atingir produção de 400 mil a 500 mil barris, gerando até R\$ 100 bilhões em royalties no futuro.

Os primeiros resultados, porém, só devem aparecer em meados da próxima década, já que projetos desse porte costumam levar até sete anos para iniciar a produção. O investimento exploratório garantido pelas vencedoras é de R\$ 1,5 bilhão.

Para especialistas, a presença de diferentes companhias internacionais foi um dos destaques da disputa desta quinta. O sócio da consultoria KPMG Anderson Dutra destacou a participação da Petronas, da Malária e da QPI, do Catar, que terminaram com fatias em três blocos, cada.

“As companhias asiáticas estão demonstrando grande apetite”, afirmou ele. “O resultado mostra que a gente vai ter diversidade [de empresas atuando no Brasil]”, reforçou o secretário-executivo do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), Antonio Guimarães.

Empresas europeias de médio porte, com a espanhola Repsol e a alemã Wintershall também tiveram sucesso. Com participações em quatro blocos, a primeira foi a maior vencedora do leilão. A segunda esteve em dois consórcios vencedores.

O leilão ofereceu áreas fora do chamado polígono do pré-sal, região criada em 2010 para dar exclusividade à Petrobras na operação das maiores reservas brasileiras.

Nesse tipo de leilão, vencem quem apresenta os maiores bônus. Nos leilões do pré-sal, os bônus são fixos e a disputa se dá em torno do volume de petróleo destinado ao governo após o início da produção.

A ANP ofereceu áreas em cinco bacias, mas houve ofertas para só duas. A Bacia de Campos teve as maiores disputas e foi responsável por 96% do total arrecadado. Em Santos, só 2 dos 11 blocos oferecidos foram arrematados.

Não houve ofertas para as bacias de Pernambuco-Paraíba, Jacuípe e Camamu-Almada —as duas últimas na Bahia.

A Petrobras teve a participação mais tímida desde que as regras dos leilões de petróleo no Brasil foram atualizadas, em 2016, ficando com apenas uma área. Em nota, a companhia afirmou que manteve estratégia “seletiva e efetiva”.

Em consórcio com a britânica BP, arrematou área na Bacia de Campos com a oferta de R\$ 2,04 bilhões, ágio de 1.744,10%. Como tem 70% do consórcio, a estatal vai desembolsar R\$ 1,43 bilhão.

Em 2017, a Petrobras participou de oito ofertas e ficou com sete áreas. Em 2018, foram 11 ofertas e 7 vitórias.

Em 2015, antes de mudanças que atraíram de volta estrangeiras ao setor e no auge de sua crise financeira, a Petrobras nem fez ofertas.

Desde que assumiu, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, repete que o foco é a produção no pré-sal. A estatal já se comprometeu a gastar R\$ 21 bilhões para ficar com ao menos 30% de duas áreas no megaleilão.

Outra empresa que tem apostado no pré-sal, a americana Exxon também mostrou apetite menor.

Em 2016, a Exxon participou de ofertas para dez blocos e arrematou os dez.

Em 2017, tentou levar nove e ficou com oito. Agora, foi somente em um.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Franco Adailton

Título: Análise da Federal da Bahia também diz que óleo é da Venezuela

Salvador- O óleo que resultou nas manchas encontradas no litoral nordestino tem origem na Venezuela. É o que afirmou a pesquisadora Olívia Oliveira, em

entrevista coletiva no Instituto de Geociências da UF-BA (Universidade Federal da Bahia) nesta quinta-feira (10).

O governo da Venezuela, também nesta quinta, negou que o país seja responsável pelo petróleo que atingiu praias brasileiras, após o ministro do Meio Ambiente dizer que as manchas de óleo provavelmente estão relacionadas a produto da Venezuela.

De acordo com a professora, foram analisadas amostras coletadas nos litorais da Bahia e de Sergipe, numa parceria entre as universidades federais dos dois estados nordestinos e a Universidade Estadual de Feira de Santana (BA).

Todo o material coletado foi cadastrado no Lepetro, centro vinculado ao Instituto de Geociências da UFBA, com nove unidades laboratoriais nas áreas de geologia, química, microbiologia, geoquímica, petróleo e meio ambiente.

Foram selecionadas nove amostras, sete da costa sergipana e duas da baiana. Depois, feita a separação física e a desidratação do material contaminante da areia e da água do mar. A seguir, o óleo total foi injetado em cromatógrafos com detector de chamas para obtenção do fingerprint, ou seja, da impressão digital do material fóssil.

“Os resultados das análises das amostras foram comparados com os resultados das análises de petróleo constantes na literatura e no banco de óleos do Lepetro, que possui dados de diferentes bacias do Brasil e dos principais países produtores de petróleo.”

A divulgação da análise do material colhido por pesquisadores da UFBA corrobora a afirmação feita na quarta (9) pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em audiência na comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável da Câmara, com base em estudo da Petrobras.

“A indicação de origem Venezuelana do óleo se baseia em análise técnica laboratorial da Petrobras. A hipótese aventada é que pode ter sido derramado a partir de navios que trafegaram ao longo da costa brasileira, e não necessariamente de campos do governo ditatorial venezuelano.” Em comunicado conjunto, o Ministério do Petróleo venezuelano e a empresa estatal de petróleo PDVSA disseram que não receberam relato de clientes ou subsidiárias sobre vazamentos de petróleo perto do Brasil e disseram que “as acusações são infundadas” “Os resultados indicam uma bacia petrolífera que representa um ambiente geológico de formação de um conjunto de rochas que geraram petróleo”, disse. “A indicação de similaridade com o petróleo produzido no país faz referência só à região geográfica da referida origem geológica.”

A professora afirmou, no entanto, que o incidente deve ser alvo de mais investigação. “Nosso papel se configurou como contribuição científica à sociedade. É o que chamamos de geoquímica forense.” Segundo ela, o material, por se tratar de petróleo cru, perdeu as características químicas por evaporação. “Não podemos descartar a possibilidade de o material ser de um bunker, combustível de navio.” As autoridades investigam a origem do petróleo há mais de um mês.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Registre-se

PAINEL

Bolsonaro prestigiou o aniversário do ministro Augusto Nardes, do TCU, nesta quarta (9). Ele aproveitou a presença de integrantes da corte para agradecer, com entusiasmo, segundo relatos, a liberação do megaleilão de petróleo. Sobre o veto à campanha publicitária do pacote anticrime, não disse palavra.

Um na mão

Mesmo com perdas, governadores do Nordeste estão resignados com a nova divisão dos recursos do megaleilão de petróleo da cessão onerosa, diz o senador Cid Gomes (PDT-CE). Tudo para superar o impasse que poderia impedi-los de receber parte dos R\$ 10,5 bi. “Se o governador do meu estado aceitou, então estou satisfeito.”

Dois voando

Cid fez ataques ao líder do PP Arthur Lira (PP-AL) para impedir mudanças no formato que ele havia proposto para a divisão da verba.

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/10/2019****Seção: Cotidiano****Autor: João Pedro Pitombo****Título: Óleo se espalha por rios e mangues e ameaça vilas da Bahia e de Sergipe**

Cenário é desolador, deixa moradores em misto de impotência e raiva e chega a berçário de espécies

LITORAL DE BAHIA E SERGIPE- “Foi Deus quem fez esse óleo para lubrificar os eixos da Terra. O homem inventou de mexer, e ele veio dar aqui na praia para matar nossos peixes”, afirma o pescador Givaldo Batista dos Santos, 57,

Em cima de um barco de fibra de vidro, ele olha para o horizonte enquanto percorre o Itapicuru, rio que nasce no sertão e deságua quase na divisa entre os estados da Bahia e de Sergipe.

A paisagem é paradisíaca: o rio se encontra com o mar em meio a mangues e coqueirais na praia de Siribinha, uma pequena vila de 500 moradores no município de Conde (a 181 km de Salvador).

Mas há um elemento estranho entre as conchas e os caranguejos nas margens do mar e do rio: o mesmo óleo que já atingia praias de oito estados do Nordeste chegou com força ao litoral baiano.

A Folha visitou oito praias em cinco cidades do litoral da Bahia e Sergipe e encontrou um cenário desolador. Nas pequenas vilas que se espalham nas margens das praias, moradores vivem um misto de impotência, raiva e revolta.

A presença de óleo já foi registrada em 139 praias de 63 municípios nordestinos, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. E, aos poucos, começou a entrar em rios como o Itapicuru, o Vaza-bar-ris e até mesmo o São Francisco, atingindo estuários que são berçário de espécies de plantas e animais.

Em Conde, na Bahia, o óleo se espalha pelas praias de Siribinha, Poças e Sítio do Conde. Nesta última, o material viscoso acumulou-se entre as pedras formando poças com mais de um metro. Águas-vivas mortas foram encontradas na faixa de areia e animais como garças, patos e cachorros sujaram-se de óleo.

Em Siribinha, as manchas chegaram às margens dos rios, aos manguezais e às patas dos siris e caranguejos. Até o momento, nenhuma contenção foi feita na foz do rio Itapicuru, a despeito dos moradores terem participado no início do ano de um treinamento para ajudar numa possível operação de isolamento do rio.

Receosos, os pescadores não vão ao mar desde a última sexta-feira (4), quando o óleo começou a chegar à região. E temem pelo futuro da pesca e da mariscagem, principal atividade de cerca de 2.000 moradores do balneário.

“Com esse tanto de óleo, ninguém vai querer comer o peixe da nossa região. É a nossa sobrevivência que está em jogo”, afirma Givaldo Batista, que é presidente da Colônia de Pescadores de Sítio do Conde.

Até mesmo a pesca de subsistência tem sido evitada diante do risco de contaminação. “Sem peixe, nós vamos comer de quê? Pirão de betume?”, reclama a pescadora Maria da Josefa dos Santos, 35.

Mesmo com os riscos, ainda há quem se arrisque a ir para a beira do mar e tentar o peixe de cada dia. Na praia do Viral, que fica em uma área isolada na saída de Aracaju, um grupo de sete pescadores usou uma rede de arrasto para trazer os peixes para a faixa de areia.

Mantiveram a rotina a despeito do cenário dantesco da praia: toneladas de óleo se espalhavam pela areia, criando uma faixa negra quase contínua na beira do mar.

Além da pesca, o turismo é uma das principais fontes de renda do litoral nordestino e também tem sido diretamente afetado pela chegada

das manchas de óleo. Empou-sadas de Sítio do Conde, visitantes que viriam para o feriado de 12 de outubro cancelaram suas reservas.

Em Baixios, vila no município de Esplanada que tem sido alvo de grupos hoteleiros, pousadas e restaurantes temem debandada de turistas, caso o óleo chegue com mais força. A região já foi atingida, mas as manchas foram retiradas por funcionários da prefeitura. O temor é que elas voltem nas próximas semanas. “Estamos à mercê da natureza, das correntes marítimas” afirma Peperdigno Araújo, gerente de uma pousada.

Na Praia do Forte, balneário mais badalado do litoral norte da Bahia, pequenas poças de óleo têm sido vistas na faixa de areia desde terça-feira (8).

A situação da praia, contudo, ainda é melhor do que a de outras da região. Por isso, ainda está sendo usada para a soltura de filhotes de tartarugas marinhas. Na manhã de quarta-feira (9), filhotes foram trazidos de carro da cidade de Conde, a 105 quilômetros, para serem soltos no local.

Mas há apreensão quanto à possível chegada de mais óleo. “Temos mais de mil desovas com tartarugas na iminência de nascer. Se uma delas entrar em uma

mancha desta, pode acabar morrendo”, afirma Neca Marcovaldi, da Fundação Pró-Tamar.

Nesta quinta-feira (10), as manchas continuaram a avançar no sentido sul e já atingiram as praias de Guarajuba e Areembepe, dois balneários movimentados no litoral e Camaçari. Banhistas também informaram pequenas manchas no mar da praia do Flamengo, em Salvador.

A Marinha do Brasil continua investigando as causas das manchas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Um dia com altos e baixos

O governo brasileiro teve ontem uma vitória, um aviso e uma decepção. A 16a. Rodada de Licitação de petróleo arrecadou um volume alto de recursos, R\$ 8,9 bilhões, e constatou mais uma vez o interesse das empresas estrangeiras na exploração de petróleo no Brasil. Isso é importante porque há dois outros leilões marcados para este ano. O aviso foi o fato de não aparecerem propostas para os blocos perto de Abrolhos, que o governo teimou em colocar na rodada, apesar dos alertas dos técnicos do Ibama. A decepção foi que os Estados Unidos indicaram a Argentina — e não o Brasil — para ser membro da OCDE.

O recado que ficou do leilão de petróleo confirma duas informações: primeiro, que o Brasil é visto como uma frente promissora de investimento na produção de óleo e gás, segundo, que as empresas não querem correr riscos desmedidos na área ambiental. Se quiser passar por cima do que dizem os cientistas ou os órgãos de controle, como o Ibama, o Brasil vai ficar falando sozinho, porque as empresas hoje têm satisfação a dar aos stakeholders, aos acionistas, consumidores e todos os que estão vinculados aos negócios da empresa.

No caso da OCDE, os governos brasileiro e americano tentaram dourar a pílula ao dizer que é apenas uma questão de “timing”, porque a Argentina está mais adiantada no processo de adesão ao chamado clube dos ricos. O Brasil ficaria para uma segunda oportunidade. O problema é que a Argentina está em pior situação econômica. Acrise fiscal deles é maior, a inflação voltou aos inaceitáveis níveis de 50%, têm desequilíbrio no balanço de pagamentos e estão às vésperas de uma transição política de enorme incerteza. Se a entrada na OCDE é, como disse a nota do governo dos Estados Unidos, uma espécie de aval às reformas econômicas, a Argentina está muito mais longe dos parâmetros desejados do que o Brasil.

Segundo a nota, fica mantida a declaração em que os EUA deram apoio ao desejo do Brasil de entrar na OCDE. Nela, foram saudados “os esforços contínuos do Brasil em relação às reformas econômicas, melhores práticas e conformidade com as normas” da organização. É óbvio que em relação à economia o Brasil está mais perto dessas normas do que a Argentina. E é evidente também que o apoio político não é apenas pela ordem de chegada, mas sim pela “conformidade” com as políticas defendidas pela OCDE. Entrar na OCDE não nos faz um país desenvolvido. Essa foi a ficção vendida pelo governo Bolsonaro ao comemorar essa suposta vitória. As vantagens de estar na organização não são concretas. Estar lá é apenas fazer parte de discussão de políticas públicas e de definição de critérios de avaliação. Não tem o mesmo valor da contrapartida brasileira, que abriu mão das vantagens, do tratamento especial e diferenciado, como país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em consequência desse movimento, ele passou a ser olhado com desconfiança por outros países em desenvolvimento.

Na boa notícia do dia, o leilão de petróleo arrecadou mais do que o previsto, bateu o recorde de R\$ 8 bi da 15- Rodada, no ano passado, e teve um ágio médio de 322%, apesar de a atuação da Petrobras ser comedida. Já houve rodadas em que a estatal brasileira disputava várias áreas ao mesmo tempo, e isso acabava resultando num número bom, mas não ampliava a quantidade de investidores no setor.

O problema é que o governo não entendeu a parte em que o mercado avisou que ele deve evitar. Nenhuma empresa deu lances na exploração dos blocos perto do Parque Marinho de Abrolhos. Isso porque quando se fala hoje em “conformidade” está se falando também de respeito a padrões ambientais. E o risco em Abrolhos é imenso, já que o parque é um santuário de espécies marinhas. Um desastre ambiental em um lugar assim produz perdas enormes. O dano à imagem de uma empresa associada a qualquer problema em uma área ambientalmente sensível, como Abrolhos, é grande demais.

O governo poderia ver nesse evento uma oportunidade de retirar essas áreas da disputa e respeitar a orientação dos técnicos do Ibama. Mas as autoridades preferiram manter os blocos em leilão permanente. Se uma empresa aventureira, sem o padrão técnico necessário, der um lance, leva. O que o mercado disse ao governo brasileiro é que o risco em Abrolhos não compensa. O alerta foi dado, mas o governo não quis ouvir.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/10/2019****Seção: Economia****Autor: PEDRO CAPETTI****Título: Espírito Santo não apoia pedido de adiamento da ação dos royalties**

RIO E SÃO PAULO- O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), comentou ontem que discorda do pedido feito governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), para que seja adiado em seis meses o julgamento da ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que discute a divisão dos royalties do petróleo aos estados. Pela pauta oficial, o tema deve ser levado ao plenário em 20 de novembro.

— Entrar com o pedido agora é fragilizar a tese (dos estados produtores) — defende Casagrande.

— Temos que usar o tempo que falta para o julgamento para conversar com os ministros e apresentar a nossa tese de que os royalties são um tributo indenizatório e que contratos assinados não podem ser rompidos.

Em seu pedido, Witzel alegou que, se o novo regime de divisão de royalties do petróleo for implementado, o estado do Rio irá à falência.

Aprovada em 2012 no Congresso, a chamada Lei dos Royalties reduz de 26,25% para 20% a fatia das compensações pagas pela indústria do petróleo a estados produtores, que também passariam a ficar só com 20% das participações especiais (PEs), metade do que arrecadam hoje.

Entre os municípios produtores, o percentual dos royalties despencaria de 26,25% para 4% e o de PEs, de 10% para 4%. Esses recursos passariam a ser distribuídos por todos os estados e municípios, e não apenas os produtores. A lei foi suspensa em 2013 pela ministra Cármen Lúcia, que concedeu liminar a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) apresentada pelo governo do Rio.

Na avaliação de Casagrande, o pedido de Witzel não significa que os dois estados estão em lados opostos, mas adotando estratégias diferentes. O governador capixaba afirma que, caso não veja chance de vitória no STF, poderá aderir ao pedido de adiamento para 2020.

Por meio de nota, o governo de São Paulo defendeu que a partilhados royalties do petróleo deve “privilegiar estados produtores, pois são neles que ocorrem as atividades que viabilizam a exploração dessas riquezas”.

(Colaborou Suzana Correa, estagiária, sob supervisão de Renato Andrade)

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Petroleiras com apetite

Leilão tem arrecadação recorde de R\$ 8,9 bi

Mesmo com apenas um terço dos blocos ofertados arrematados e participação tímida da Petrobras, a 16-Rodada de licitações de áreas de exploração da Agência Nacional do Petróleo (ANP) superou ontem as previsões e arrecadou R\$ 8,9 bilhões. A cifra é recorde em um leilão fora da região do pré-sal, sob o regime de concessão e quase três vezes maior que o mínimo estabelecido pela ANP. Para especialistas, foi um termômetro do interesse das petroleiras nos certames marcados para novembro, pelo regime de partilha, no pré-sal. A previsão para a 6- Rodada de partilha é de R\$ 7 bilhões. Já o megaleilão das quatro áreas que concentram o chamado excedente da chamada cessão onerosa deve arrecadar R\$ 106,5 bilhões.

No leilão de ontem havia 36 blocos disponíveis, mas apenas 12 foram arrematados por dez empresas, todos nas bacias de Campos e de Santos, no Sudeste. A maioria que não recebeu lances ficava no Nordeste, área que já se sabia ser menos promissora. Pela primeira vez uma questão ambiental influenciou a disputa e deixou sem interessados as sete áreas na costa da Bahia. A oferta deles vinha sendo criticada por ambientalistas por estar a 300 quilômetros da reserva ambiental de Abrolhos. Ativistas fizeram um protesto na porta do hotel em que foi realizado o leilão, na Zona Oeste do Rio.

PETROBRAS MAIS MODERADA

Os 12 blocos vendidos foram conquistados por petroleiras de oito países, num reflexo do interesse das estrangeiras por oportunidades no Brasil. Nos leilões do pré-sal de 6 e 7 de novembro, a expectativa é que grandes petroleiras globais, como as asiáticas, entrem pesado em parceria com a Petrobras, que ontem foi seletiva e levou apenas uma área na Bacia de Campos, em parceria com a britânica BP Energy.

O destaque no leilão de ontem foi a Petronas, petroleira da Malásia que levou três blocos, das quais duas sozinha e uma em consórcio com a francesa Total e a QPI, do Qatar. Hoje, a Petronas tem só 50% de participação no campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos. A americana Chevron levou quatro áreas

em parcerias distintas, com Shell, QPI, Wintershall e Repsol. Esta última levou três áreas, das quais duas em consórcio.

A Bacia de Campos, no litoral fluminense, foi a região mais disputada, com ágio médio de 322,74% na disputa por quatro das 13 áreas oferecidas ali. O destaque foi a área chamada C-M-477, que teve um ágio de 1.744,10% no lance do consórcio entre Petrobras e BP: R\$ 2,04 bilhões. Essa foi a única proposta vencedora feita pela estatal brasileira, que tentou ainda outra área, mas não levou. Já a Bacia de Santo teve vendidas apenas duas das 11 áreas disponíveis.

Anderson Dutra, líder de Energia e Recursos Naturais da KPMG, destaca o apetite das estrangeiras, particularmente das asiáticas, no leilão de ontem. Ele aponta como um dos atrativos o baixo custo de produção no país: — Isso prova que, com os leilões do pré-sal em novembro, o Brasil vai ganhar um papel de favoritismo. Isso pode atrair o interesse no futuro de empresas indianas e da (saúdita) Saudi Aramco, que está em processo de abertura de capital e busca diversificar seu portfólio no mundo.

Andre Araújo, presidente da Shell, que levou dois blocos na Bacia de Campos, também se disse otimista, mas fez mistério sobre a estratégia para os próximos leilões: — Cada leilão é um leilão. Vamos aguardar. O tempo vai dizer e nos próximos 30 dias vamos ver o que vai acontecer.

R\$1,1 TRI EM INVESTIMENTOS

De acordo com a ANP, as 12 áreas arrematadas vão exigir a instalação de três a quatro novas plataformas entre Rio e São Paulo. Elas vão produzir entre 400 mil e 500 mil barris de petróleo por dia no auge da atividade. A expectativa é de uma geração de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos em royalties e participações especiais ao longo de 27 anos. O investimento inicial para as áreas adquiridas será de R\$ 1,58 bilhão. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse esperar R\$ 1,1 trilhão em investimentos ao longo dos contratos e renovou o otimismo para os próximos leilões.

— As expectativas são positivas, com a sinalização de empresas internacionais — disse Bento, citando o plano do governo de licitar blocos além das 200 milhas náuticas da costa, no chamado “espelho do pré-sal”, como revelou O GLOBO em julho.

— Buscamos a meta de colocar o Brasil entre os cinco maiores produtores de petróleo do mundo.

Para Décio Oddone, diretor-geral da ANP, as áreas do pré-sal devem ser mais disputadas porque têm risco menor que as leiloadas ontem, já que são regiões

com mais estudos sobre as reservas. No caso das áreas do megaleilão, a Petrobras já fez descobertas (5 a 15 bilhões de barris) e iniciou produção.

Para Marcelo de Assis, da consultoria Wood Mackenzie, o alto endividamento e a disciplina financeira da atual gestão podem explicar a moderação da Petrobras no leilão de ontem, mas ressalta que a estatal e outras grandes petroleiras, podem ter se poupado: — Podem estar se preparando para investimentos maiores nas próximas rodadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Leilão: áreas perto de Abrolhos terão novos estudos

Segundo fonte do setor, objetivo é dar maior segurança jurídica às empresas para não deixar que essas regiões 'saíam do radar! Com pressão de ambientalistas, blocos nas bacias de Camamu-Almada e Jacuípe não foram arrematados

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) vai realizar novos estudos nas sete áreas das bacias de Camamu-Almada e Jacuípe, no litoral da Bahia, que, após pressão de ambientalistas, não foram arrematadas ontem na 16ª Rodada de Licitações. Segundo fontes do setor, o objetivo é dar mais segurança jurídica às empresas.

— Essas áreas vão passar por mais estudos na ANP. Mas o que não se pode deixar acontecer é que essas regiões saiam do radar. Isso não pode acontecer — disse uma fonte a par do plano.

Foi a primeira vez que a questão ambiental acabou influenciando no resultado de uma rodada de petróleo no Brasil. As áreas que não receberam proposta ficam a 300 quilômetros do arquipélago de Abrolhos, região com a maior biodiversidade do Atlântico Sul e berçário de espécies como a baleia jubarte.

A distância é considerada segura pelo governo.

Esta pressão por Abrolhos e o aparecimento de manchas de petróleo em praias do Nordeste desde o início de setembro foram alguns dos temas mais comentados pelos participantes da 16ª Rodada. Do lado de fora de um hotel na Barra da Tijuca, no Rio, onde ocorreu o leilão, a ONG 350 fez um protesto pacífico.

INSEGURANÇA AO COMPRAR

Ao encomendar novos estudos para as bacias de Cama-mu-Almada e Jacuípe, o objetivo é evitar casos como o de 2013, quando a francesa Total arrematou cinco blocos na Foz do Amazonas durante a 11a. Rodada da ANP, mas não obteve autorização para explorá-los. Depois do leilão, um estudo do Greenpeace apontou a existência de corais em área próxima aos blocos da Total. O Ibama não concedeu o licenciamento ambiental para a exploração dos blocos.

Para Antonio Guimarães, secretário-executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), é preciso rever a sistemática das licenças: — Traz muita insegurança você comprar um bloco sem saber o que vai ser pedido no licenciamento e quanto isso vai custar. Talvez precise ser feito algum tipo de pré-análise ambiental.

Paulo Fischer, sócio do escritório Chediak Advogados, avalia que as preocupações ambientais vão sempre estar presentes nos leilões de petróleo, sobretudo após o recente derramamento de óleo que ocorreu no Nordeste.

— Mas, para o leilão do excedente da cessão onerosa, as preocupações ambientais devem ser reduzidas considerando que a Petrobras já opera nas áreas, com as devidas licenças. De todo modo, é de extrema importância o alinhamento prévio entre o órgão ambiental e a ANP, para

que seja conferida segurança jurídica aos participantes do leilão, evitando situações como a da 12- Rodada, que teve contratos declarados extintos pela impossibilidade de realização da técnica de fraturamento (um método de extração), em razão de questões ambientais (devido a decisões judiciais posteriores ao certame) — afirmou Fischer.

OFERTA PERMANENTE

No leilão de ontem, o ministro de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, informou que novas áreas com potencial de petróleo além das 200 milhas náuticas a partir da costa brasileira, a chamada Amazônia Azul, também serão alvo de estudo.

Segundo Bento, as áreas que não tiveram ofertas nas bacias do litoral da Bahia irão para oferta permanente pela ANP. A oferta permanente é uma lista de áreas que ficam disponíveis para lances pelas empresas a qualquer momento.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/10/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Renda das licitações favorece desbloqueio de verbas públicas**

Com resultado do leilão de ontem, União pode antecipar descontingenciamento

BRASÍLIA- A arrecadação recorde com o leilão de petróleo de ontem representará uma receita este ano acima do previsto pela equipe econômica, e deve permitir ao governo liberar parte dos recursos que atualmente estão bloqueados no Orçamento para os ministérios. O governo receberá R\$ 8,9 bilhões em bônus de assinatura das petroleiras que arremataram blocos no certame.

Atualmente, R\$ 24,7 bilhões continuam contingenciados, afetando principalmente os orçamentos dos ministérios da Educação, **Minas e Energia**, Defesa e Economia. A falta de dinheiro tem prejudicado a máquina pública e a prestação de serviços federais.

Oficialmente, a próxima data marcada para o governo divulgar nova decisão sobre bloqueio ou liberação de recursos é o dia 22 de novembro. A pasta da Economia já estuda, porém, produzir um relatório extraordinário de Avaliação de Receitas e Despesas e liberar recursos antes do previsto.

O ministério divulga bimestralmente um relatório que avalia o comportamento da arrecadação e das despesas federais. É por meio desse documento que o Orçamento é liberado ou contingenciado. Em setembro, foram liberados R\$ 8,3 bilhões — o bloqueio chegou a R\$ 33 bilhões.

DINHEIRO ENTRA ESTE ANO

A arrecadação com os três leilões de petróleo previstos para este ano não está oficialmente nas projeções de receita da equipe econômica. Os técnicos preferem manter a prudência e só contar com o dinheiro depois do certame. Por isso, só após a licitação é possível incluir a receita no Orçamento. Como há mais de R\$ 20 bilhões ainda bloqueados, os valores extras seriam destinados aos ministérios.

Além dos quase R\$ 9 bilhões arrecadados ontem, o megaleilão do excedente da cessão onerosa, marcado para 6 de novembro, deve render R\$ 106,5 bilhões, dos quais R\$ 48,8 bilhões ficarão com a União. A 6ª rodada de licitações do pré-sal ocorrerá no dia seguinte, com previsão de R\$ 7,8 bilhões. Em todos os três

casos, a previsão é que o dinheiro caia na conta do Tesouro até 27 de dezembro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO, BRUNO ROSA E RAFAEL GARCIA

Título: Origem venezuelana

Ministro e cientista dizem que óleo foi extraído no país vizinho, que nega acidente

RIO E SÃO PAULO- A investigação sobre o derramamento de petróleo que atingiu até agora 63 municípios de todos os nove estados do Nordeste teve ontem a confirmação de que ao menos parte do material encontrado em 139 localidades foi produzido na Venezuela.

O ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque, disse que a principal linha de investigação do governo é que o óleo veio de algum navio que transportava petróleo com características iguais ao produzido no país vizinho. Afirmou, no entanto, que isso não significa que o vazamento tenha acontecido lá ou que tenha sido de responsabilidade da estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA).

— O que foi dito é que, nas análises realizadas, esse petróleo tem características similares ao que é extraído em determinados poços da Venezuela. É isso que está sendo investigado — disse Albuquerque.

O Lepetro (Laboratório de Estudos do Petróleo), da Universidade Federal da Bahia, conduziu uma análise independente de amostras do óleo derramado na costa da Bahia e chegou a uma conclusão similar à do MME.

— O óleo é de uma bacia petrolífera específica do território venezuelano, mas isso não quer dizer que a Venezuela é responsável pelo derrame — afirma Sarah Rocha, química que participou dos trabalhos de análise.

Segundo a pesquisadora, as análises não permitem inferir características do navio que o armazenava, nem a data de extração do óleo. Tampouco se pode afirmar com certeza que ele estava sendo transportado na forma de petróleo cru.

Em comunicado divulgado ontem, a estatal venezuelana PDVSA negou ter relação com o incidente que atingiu quase metade das cidades do litoral nordestino, afirmando que “não há qualquer evidência de derramamento de

petróleo cru nos campos petrolíferos da Venezuela que pudessem ter gerado danos ao ecossistema do país vizinho'. A PDVSA disse ainda que não recebeu nenhuma informação de clientes ou filiais sobre uma possível avaria ou derrame próximo à costa brasileira.

OUTRO PRODUTO

A Marinha informou ontem que analisou o óleo contido em dois tambores encontrados no litoral de Sergipe e concluiu que o produto difere do encontrado nas demais praias do litoral nordestino. “Os dados disponíveis, até o momento, não permitem concluir se tratam-se ou não de eventos distintos”, afirmou a Marinha.

O órgão disse ainda que fez uma triagem em quase 1.100 navios-tanque que circularam entre 1º de agosto e 1º de setembro numa área de 800 km de distância da costa brasileira, entre Sergipe e Rio Grande do Norte. Após essa triagem, notificará 30 navios-tanque de dez diferentes países a prestarem esclarecimentos.

Questionado sobre a demora do governo federal em reagir ao incidente, o ministro Bento Albuquerque rebateu as críticas e afirmou que a investigação foi iniciada em 2 de setembro. Disse ainda que foram mobilizados, ao longo do tempo, “todos os recursos para a limpeza das áreas” e para mitigar a propagação desse vazamento para outras regiões.

— Foram encontradas manchas de óleo do norte do Maranhão até Sergipe, e isso é atípico porque, entre as correntes marítimas, uma vai para a região noroeste e outra para o sul. Por isso, é difícil ter o entendimento de como essas manchas se propagaram pelo litoral. Daí, a complexidade da investigação — disse Albuquerque.

EFEITO DAS CORRENTES

Simulações computacionais preliminares realizadas por cientistas do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) sugerem que o óleo que atingiu os nove estados do Nordeste pode ter sido lançado ao mar em águas internacionais, a até mil quilômetros do litoral brasileiro.

Ele teria, então, viajado inicialmente pela Corrente Sul Equatorial, uma colossal corrente oceânica, que o espalhou por uma vasta área. De lá, teria sido trazido até as praias nordestinas pela Subcorrente Corrente Norte do Brasil (SNB).

Correntes marinhas são como rios de volume muitas vezes superior ao do Amazonas, que fluem pelos oceanos. A SNB foi descoberta pelo professor de

oceanografia da USP Ilson da Silveira, que, com os alunos de doutorado Dante Napolitano e Iury Simões, realizou a simulação do espalhamento do óleo.

— Pelo tamanho do espalhamento, fica claro que o óleo foi levado pela Corrente Sul Equatorial, em águas internacionais, a centenas de quilômetros de costa — diz Silveira.

Ele diz que uma possibilidade é que o vazamento tenha ocorrido na latitude de Recife, mas já fora das águas brasileiras, entre 800 e 1.000 quilômetros da costa.

— Se fosse mais próximo, muito provavelmente não teríamos o espalhamento para o norte e para o sul, que temos visto ocorrer — observa ele.

(Com Jornal Nacional)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/10/2019

Seção: Política

Autor: Cristiane Noberto e Rafaela Gonçalves

Título: Estados e DF podem ter mais recursos

O resultado da licitação de áreas de exploração de petróleo, realizado ontem no Rio de Janeiro, gerou a expectativa de que estados e municípios terão um reforço de caixa maior do que os R\$ 21,8 bilhões previstos com o megaleilão do pré-sal, marcado para novembro. No leilão de ontem, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) arrecadou R\$ 8,9 bilhões com a concessão de 12 campos de petróleo e gás natural localizados nas bacias de Campos e de Santos. O valor ficou muito acima dos R\$ 3,2 bilhões esperados pelo governo, levando analistas a acreditar que a receita com a venda das áreas da chamada cessão onerosa, no próximo mês, também pode superar a previsão de R\$ 106 bilhões.

O diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (Cbie), Adriano Pires, é um dos que apostam no sucesso das próximas licitações. “Espera-se uma arrecadação superior a R\$ 110 bilhões. Esse já foi um leilão forte, e imagino que os próximos também serão. Alguns lotes não foram arrematados por questões ambientais, estavam sub judice, e empresas ficaram com receio de comprar e não ter a licença ambiental do Ibama depois”, avaliou.

A ANP ofereceu 36 lotes, dos quais 12 foram vendidos para 10 dos 17 consórcios inscritos. A maior operação foi fechada pelo grupo formado por Total E&P do Brasil, Petronas e QPI Brasil, que pagou R\$ 4 bilhões para ter o direito de

explorar o bloco C-M-541 da bacia de Campos, que, na avaliação de analistas, oferece menor risco por dispor de uma reserva de óleo volumosa.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, destacou que o sucesso do leilão de ontem demonstra que a política definida pelo governo para o setor está no rumo certo. “Ele abriu novas perspectivas para os leilões que ainda ocorrerão, o da cessão onerosa e o da 6ª rodada do regime de partilha”, disse.

Décio Oddone, diretor da ANP, reafirmou a fala do ministro e destacou os investimentos que poderão ser feitos pelos vencedores da licitação. “O importante não é apenas o bônus de assinatura que o governo vai receber. Mais importante é a certeza de investimentos que virão depois. Dez empresas vão operar esses blocos, o que nos dá a certeza de que não faltarão recursos financeiros e técnicos”, afirmou.

A licitação de ontem foi feita dentro das regras de concessão, em que as empresas vencedoras pagam bônus de assinatura e royalties para o governo e podem dispor livremente do petróleo extraído. Os outros dois leilões, que ocorrerão no mês que vem — inclusive o megaleilão da cessão onerosa — são rodadas sob o regime de partilha da produção. Nesse sistema, a Petrobras tem preferência em qualquer dos leilões e manifestou interesse em duas áreas: Búzios e Itaipu, ambas na costa do Rio.

O economista FGV EPGE Maurício Canêdo também acredita que o resultado de ontem é um sinal de que a arrecadação do megaleilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal também deve superar a previsão. “Talvez até algumas empresas estejam guardando cartuchos, tendo em vista que as próximas licitações têm áreas extremamente valiosas”, disse.

As 24 bacias que não tiveram propostas entrarão no quadro de oferta permanente da ANP o mais breve possível. Entre as não arrematadas estão blocos em Abrolhos, na Bahia, área que abriga o Parque Nacional Marinho.

Segundo Oddone, isso propicia às empresas conhecerem melhor os blocos e, no futuro, fazerem compras com menos riscos. “É normal que os blocos da fronteira não tenham tido procura, pois as empresas têm que ter tempo para se preparar e os estudos geológicos na bacia de Santos já estão consolidados. Quando as outras áreas ficam nas áreas permanentes as empresas ganham mais tempo para se preparar”, disse.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) vai avaliar, no próximo dia 18, a possibilidade de também incluir áreas do pré-sal na oferta permanente. “É importante frisar que o êxito deste leilão de hoje é fruto de um trabalho conjunto com vários órgãos e empresas, como Petrobras”, afirmou o ministro

de Minas e Energia.

*Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo

“Espera-se uma arrecadação superior a R\$ 110 bilhões. Esse já foi um leilão forte, e imagino que os próximos também serão.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (Cbie)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/10/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar Alessandra Azevedo

Título: Uso do dinheiro será direcionado

Com os recursos do megaleilão de petróleo da cessão onerosa, marcado para 6 de novembro, União, estados e municípios terão incrementos milionários nos respectivos caixas. O dinheiro, no entanto, não vai ser usado livremente pelos governos. Pelas regras aprovadas na quarta-feira pela Câmara, que serão avaliadas na próxima semana pelo Senado, os recursos devem ir apenas para despesas previdenciárias, investimentos e melhoria na infraestrutura das cidades.

No total, o governo federal espera arrecadar R\$ 106,6 bilhões com a licitação para exploração de uma parte do pré-sal não contabilizada inicialmente no contrato de cessão onerosa assinado com a Petrobras em 2010. Desse valor, R\$ 33,6 bilhões vão para a estatal e o resto vai ser dividido entre a União, que fica com 70%, e estados e municípios, que repartem igualmente os outros 30%.

A parte que ficar com os governos só poderá ser gasta conforme as definições do projeto de lei. O uso da verba não pode, por exemplo, ser usada para disponibilizar empréstimos em bancos públicos ou fomentar investimentos privados. Os R\$ 73 bilhões a mais no orçamento — parte dos lucros do leilão que ficará com União, estados e municípios — terão de ser alocados em melhorias na infraestrutura ou no desenvolvimento econômico e social, por exemplo.

A vinculação a áreas prioritárias é uma maneira de garantir que, pelo menos em tese, o dinheiro não será usado para fins eleitorais ou pagamentos de despesas correntes e secundárias. O economista Robson Gonçalves, coordenador de Projetos da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), acredita que, assim, “o Congresso entendeu o princípio básico de finanças públicas: quando se desfaz de patrimônio, o dinheiro não pode ser livremente utilizado”.

Para o especialista, é evidente que a prioridade, no momento, é a Previdência, que tem gerado rombos nos caixas da maioria dos estados, não apenas no da União. “Por isso, não se pode fomentar os investimentos privados ou emprestar dinheiro com o lucro do pré-sal”, explicou.

No Distrito Federal, que terá direito a R\$ 64,2 milhões, a ordem de aplicação já obedece ao que é feito atualmente, afirmou o secretário de Fazenda, André Clemente. “Os recursos de vendas de estatais, o lucro dos impostos, todo o dinheiro que entra no caixa do governo local é colocado primeiro na Previdência. O sistema (aprovado pelos congressistas) está de acordo com o que é implementado aqui. Significa, portanto, que sobrarão mais dinheiro no nosso caixa para investimentos”, afirmou.

A lista de prioridades para o uso do dinheiro no DF é longa, segundo o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Em primeiro lugar, ele cita a saúde, que está “um caos”. Mas lembra que há várias queixas em relação a outras necessidades básicas, entre as quais destaca mobilidade urbana e educação. Mas o valor, ainda que seja direcionado a investimentos prioritários, não é suficiente para resolver nenhuma pendência, comentou o parlamentar.

Isso porque o DF não é um grande exportador nem tem renda per capita baixa. Como os critérios de divisão dos recursos entre estados levam em conta esses dois fatores, o DF acabou ficando com uma fatia pequena. Os estados que mais ganharam com a mudança nas regras, com a inclusão do critério da Lei Kandir para distribuição dos lucros, foram São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Agora, dos 10 estados que mais vão receber repasses, cinco estão no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. Antes, Norte e o Nordeste ganhavam mais, porque o critério era apenas o do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que beneficia os que têm menor renda per capita. Eles lideravam a lista, com oito entre os 10 que mais receberiam dinheiro com o leilão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Thais Moura

Título: DNA venezuelano

Pesquisadores do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA) analisaram o óleo derramado recentemente em diversas praias

nordestinas, e chegaram à conclusão de que a substância tem origem em uma bacia petrolífera da Venezuela. Um dia depois de o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmar que os vazamentos "provavelmente" vinham do país vizinho, a diretora do Instituto, Olívia Oliveira, confirmou a "extrema similaridade" entre a substância que contamina o litoral brasileiro e a produzida lá. O governo venezuelano, em nota, negou relação com a matéria.

Segundo a pesquisadora, nove das 27 amostras coletadas nos litorais da Bahia e de Sergipe foram analisadas pelas universidades federais dos dois estados e pela Universidade Estadual de Feira de Santana (BA). Foi feita a separação física e a desidratação do material, e injetada num equipamento que fornece uma espécie de "impressão digital".

Porém, a professora salientou que, apesar de uma possível origem venezuelana, não é possível apontar responsáveis pela contaminação das praias brasileiras.

"Quando falamos de Venezuela, temos que separar a questão geográfica do país em si. Esse óleo que analisamos apresentou extrema similaridade com um óleo que é produzido, formado e originado na bacia da Venezuela. Porém, pode ter sido qualquer um que contaminou, que comprou o óleo e carregou até aqui".

Após avaliar as amostras, os pesquisadores compararam os resultados com as análises de petróleo disponíveis na literatura e no banco de óleos já cadastrados. As pesquisas também não afastam a hipótese de o material se tratar de combustível de navio.

Ação "criminosa"

Já o presidente Jair Bolsonaro disse, também ontem, ter "quase certeza" de que o derramamento de óleo é criminoso. A suspeita foi lançada no Fórum de Investimentos Brasil 2019, em São Paulo, do qual participou.

O Ministério do Meio Ambiente também confirmou, em nota, que a indicação de origem venezuelana do petróleo se baseia em "análise técnica laboratorial da Petrobras". A pasta enfatizou que a hipótese considerada no momento é de que o óleo teria sido derramado "a partir de navios que trafegaram ao longo da costa brasileira, e não necessariamente de campos do governo ditatorial venezuelano".

O governo da Venezuela, por sua vez, negou qualquer relação com o óleo. Em comunicado, a estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) rechaçou "categoricamente" as suspeitas "infundadas".

"Não existe evidência alguma de derrame de óleo cru dos campos petroleiros da

Venezuela que pudessem haver gerado danos no ecossistema marinho do país vizinho", afirma a nota. A estatal acrescentou que não recebeu relatos de clientes ou filiais sobre uma possível desagregação ou derrame nas proximidades da costa brasileira.

Independentemente de qual seja a origem do óleo, o professor do Departamento de Engenharia Florestal da UnB, Humberto Angelo, vê o incidente como uma "tragédia ambiental". Ele esclarece que, além de ter um impacto significativo na fauna aquática e na microfauna, o derramamento também gera um custo social.

"É preciso pagar para retirar esse óleo. Os municípios e praias afetados vão sofrer um impacto imenso no turismo", lamentou Angelo.

****Estagiária sob supervisão de Fabio Grecchi***

- **Decreto define plano antifraude na Previdência**

O Decreto 10.047, publicado na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU), dispõe sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e institui o programa Observatório de Previdência e Informações do CNIS. O projeto foi lançado em 8 de agosto pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Sua função é "promover ações voltadas à prevenção, detecção e investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos federais". De acordo com o decreto, a Secretaria também vai "articular com os órgãos e entidades da administração pública federal a forma de compartilhamento de bases de dados para sua incorporação ao CNIS".

MME / ASCOM .